

Povoamento e riqueza Minas Gerais no final do XVIII

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os primeiros resultados de nossa pesquisa de mestrado, que tem como pano de fundo a criação e estruturação sócio-econômica da Vila de Barbacena na transição do século XVIII para o XIX, um período marcado pelo redirecionamento das atividades econômicas da Capitania de Minas. Apesar de estar sendo constantemente visitado pelos historiadores, este período ainda demonstra a necessidade de estudos mais regionalizados que possam dar conta da complexidade das transformações ocorridas no território mineiro e colonial ao final do período. Para delinear esse processo em seus aspectos gerais apresentamos análises do povoamento através de dados extraídos de mapas de população do início do século XIX e informações parciais referentes ao período de 1791 a 1800, baseados na quantificação dos ativos que compõem a riqueza da região, através da análise de inventários *post-mortem* referentes à primeira década da elevação do antigo Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo à condição de Vila (de Barbacena).

Palavras-chave: Minas Gerais; Povoamento; Atividades sócio-econômicas; Vila de Barbacena.

Abstract

This work's – *Settlement and wealth: Minas Gerais at the end of XVIII* – aim is to present the first results of our master degree's research which has as backdrop the socioeconomic creation and structuring of the villa of Barbacena during the transition between the XVIII and XIX centuries, a period marked by the redirection of the economic activities in the Capitania of Minas. Although it is constantly visited by historian, this period still shows the necessity of more regionalized studies that can cover the complexity of the changes happened on Minas's colonial territory at the end of that period. In order to outline this process concerning its general features we show analysis of the settlement through some data extracted from population maps of the early XIX century and partial information referring to the period between 1791 and 1800, based on the quantification of actives which compose the wealth of the that region, by the analysis of inventories *post-mortem* related to the first ten years of the elevation of the ancient Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo to a villa (de Barbacena).

Key-words: Minas Gerais; Settlement; Socioeconomic activities; villa de Barbacena.

* Mestrando em História Social/UF RJ.

Povoamento e riqueza

Minas Gerais no final do XVIII

Adriano Braga Teixeira

Tendo este texto por objetivo apresentar os primeiros resultados de nossa pesquisa de mestrado, começemos por falar do que trata a mesma. Nosso foco de estudo será a Vila de Barbacena. Acreditamos que a história da Capitania de Minas na transição do século XVIII para o XIX, apesar de ter sido nos últimos anos alvo de constante debate, ainda carece de estudos regionalizados que possam melhor reconstituir este mosaico mineiro, dentro da sua complexidade sócio-econômica. A idéia de uma Minas oitocentista, como também setecentista, diversificada e regionalmente diferenciada, tem cada vez mais se consolidado e é importante que qualifiquemos melhor esta afirmação¹.

A escolha da Vila de Barbacena não se fez de forma aleatória. Barbacena teve uma importância destacada na história política brasileira, participando de momentos decisivos da mesma. No século XVIII, abrigou alguns inconfindentes, proprietários de fazendas na região.² No século XIX, seus moradores posicionaram-se a favor do Príncipe Regente acerca dos acontecimentos que marcaram o processo de independência. A Câmara Municipal enviou um Manifesto de apoio a D. Pedro II, obtendo, com esse gesto, o título de “Nobre e mui leal Vila” para Barbacena.³

Ainda no século XIX Barbacena, ao lado de São João Del Rei, era um pólo comercial, que centralizava o fluxo de mercadorias de diversas regiões. Situadas numa região de entreposto: “São João Del Rei drenava a maior parte das exportações de subsistência mineira, ao passo que Barbacena concentrava principalmente as exportações de algodão”.⁴

Portanto, se a historiografia mineira sobre o Setecentos e o Oitocentos experimenta desde a década de 1980 um vigoroso revisionismo, é enorme a lacuna sobre o desenvolvimento histórico de Barbacena em seus múltiplos aspectos. Sendo assim, a análise aqui auferida, consta como um dos nossos primeiros percursos de pesquisa. Pretendemos traçar o perfil que perpassará a Vila, tentando perceber de que modo e até que ponto este novo espaço geográfico e político reproduziu o sistema escravista vigente na colônia, além de elencar os motivos de elevação do arraial à condição de vila, tendo como pano de fundo as trajetórias das pessoas que participaram de tal processo. Neste sentido, cumpre procurarmos contextualizar o povoamento da Vila de Barbacena ao desenvolvimento da Capitania mineira.

Assim, ao falarmos em História do Brasil do século XVIII e XIX, podemos considerar que Minas Gerais ocupa um lugar de grande destaque. De certa maneira a exploração em massa de recursos minerais no início do século XVIII, bem como o processo de ocupação dessa região determinaram grandes mudanças e transformações para a Colônia assim como para a metrópole⁵. Desta forma, o povoamento do território das Minas Gerais começou com a bandeira de Fernão Dias Pais, no último quartel do século XVII, principalmente com a descoberta do primeiro ouro manifestado por Antônio Rodrigues Arzão em 1692. Em poucos anos, os descobertos auríferos foram se enchendo de gente de toda a parte, sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram as regiões mais populosas da América portuguesa naquele instante, e também de Portugal.

Neste primeiro momento, os desbravadores não tinham acesso direto do Rio de Janeiro às Minas. Até o fim do seiscentos, somente se conhecia o Caminho do Rio São Francisco, que ligava a cidade da Bahia às minas do rio das Velhas e o Caminho Geral do sertão, outrora Caminho Velho. Desta forma, deve-se ao bandeirante Garcia Rodrigues Pais, filho do sertanista Fernão Dias Pais, a picada primitiva do Caminho Novo a partir de 1698.⁶ Segundo descrição de Geraldo Guimarães,

O Caminho Novo partia do Rio de Janeiro, atravessava a baixada fluminense, transpunha a serra, cortava os rios Paraíba e Paraibuna, onde posteriormente foram criados registros, atingia as hoje cidades de Matias Barbosa e Juiz de Fora. Já nas encostas da Mantiqueira, o pouso de João Gomes (hoje Santos Dumont). No alto da serra cruzava o Rio das Mortes em suas cabeceiras, depois de passar por Borda do Campo. Atingia a região do posterior Arraial da Igreja Nova (hoje Barbacena). Continuava pela Ressaca e Carandaí, indo entroncar com o já falado Caminho Velho em Amaro Ribeiro (próximo a Conselheiro Lafaiete). Daí os viajantes seguiam pelo Caminho Velho para as minas de Ouro Preto, Carmo e Rio das Velhas.⁷

Segundo este mesmo autor, ao longo do novo caminho Garcia Rodrigues Pais, instalou-se em várias áreas que posteriormente foram reconhecidas pelas autoridades em forma de sesmarias. Uma destas localidades fora a Borda do Campo, nome dado pelos caçadores de esmeraldas, pois podia distinguir nitidamente a diversidade natural entre as matas e os campos durante toda a viagem pela região. Ao ser construído o Caminho Novo, objetivava-se chegar às minas e, para isso, ele foi orientado no sentido de alcançar um lugar na Borda do Campo onde se situava a Igreja do Campolide, passando pela Fazenda da Cavcira, isto é, pelo local da Borda do Campo em que iria se situar Barbacena. Esta região fora conhecida como arraial da Igreja Nova de Campolide, devido à construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Piedade, que data de 1738⁸. Nesta região fora instalado o registro que mais tarde passou a ser conhecido como Registro Velho, posto de fiscalização da coroa portuguesa. Neste sentido, podemos perceber que o início da povoação da Borda do Campo pode ser considerado consequência da abertura do Caminho⁹. Logicamente, neste momento a abertura do Caminho tinha por finalidade maior ligar o centro aurífero (Vila Rica) ao Rio de Janeiro, encurtando a distância e melhorando a fiscalização. Desta forma a ocupação observada nesta região, em seu princípio, não acompanhou em número a verificada no centro minerador. Contudo, o interessante a destacar é que durante o século XVIII, ao contrário do que já se pensou, além da mineração havia em Minas uma gama variada de atividades articuladas com o setor minerador, tanto na região das próprias Minas, como em outras áreas, como as que surgiram ao longo do Caminho Novo¹⁰. Enfim, o que queremos destacar é que a Vila de Barbacena integrava uma região de ocupação antiga que, durante o século XVIII, além de estar ligada à atividade nuclear mineradora, esteve relacionada a uma gama de atividades econômicas impulsionadas por esta, principalmente a agricultura¹¹.

Em sua dissertação de mestrado, André Figueiredo Rodrigues procedeu a uma análise das concessões de sesmarias para a Freguesia da Borda do Campo durante todo o século XVIII, além de analisar relatórios de posseiros residentes nos sertões proibidos da Mantiqueira, realizados por capitães de patrulha-do-mato a mando de D. Rodrigo José de Meneses em 1780, procurando perceber a atividade produtiva nas sesmarias doadas na Borda do Campo e nas posses da Mantiqueira. É interessante notar que o conjunto geográfico desta análise (Borda do Campo e Mantiqueira) constitui, na posterior criação da Vila de Barbacena, as freguesias do Termo da Vila. Enfim, o que o autor pode perceber é que em 76,19% das atividades produtivas nas sesmarias estavam relacionadas à agricultura, assim como em 50% dos casos de posse na Mantiqueira¹². Rodrigues pode constatar ainda que, em segundo lugar, a atividade mais praticada era a associação da agricultura com a pecuária.

Estes dados nos informam a configuração econômica desta região no período de sua formação. Entretanto, é o final do século XVIII que talvez marque as transformações mais profundas. Antes, porém, de nos determos na análise deste período, torna-se necessário destacar o contorno administrativo do território mineiro.

A imposição jurídico-administrativa tem sua origem remontada a 1709, quando é fundada, de acordo com a carta-régia de nove de novembro, a nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada da capitania do Rio de Janeiro. Isto, dentro dos acontecimentos finais da Guerra dos Emboabas¹³. Em 1720 temos a criação da capitania de Minas Gerais, com a separação da região das minas da capitania de São Paulo. Neste momento, a capitania mineira é dividida em comarcas. Assim, ao longo do período colonial a Capitania Mineira fora dividida em 05 comarcas (em 1714 foram criadas as de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio; em 1815 a de Paracatu)¹⁴. Ainda em todo o período colonial foram criadas em Minas, 16 vilas e uma cidade.

Segundo João Antônio de Paula, a sonogação do “status” de cidade àqueles dinâmicos núcleos urbanos mineiros foi expressão de política geral que o poder metropolitano tentou praticar em Minas Gerais. Era fruto de uma tentativa de manutenção do controle da região, uma vez que, o estatuto de cidade dava privilégios que o de vila não condicionava como usar pistola, a faca de ponta e o punhal. A única cidade então criada fora Mariana (1745), por abrigar a sede do Bispado¹⁵. A constituição das vilas, segundo o mesmo autor, pode ser segmentada em três momentos: o primeiro e o segundo vão da formação dos primeiros núcleos à consolidação do centro minerador, no período de 1711 à 1729. O terceiro momento, passados 60 anos, corresponde à fase de decadência da atividade mineradora e, portanto, marca a criação de 07 vilas, caracterizadas todas por uma forte vocação agrária¹⁶, como no caso da Vila de Barbacena (1791), nosso objeto de estudo, demonstrado através dos apontamentos de sesmarias anteriormente mencionados no texto. No decorrer da segunda metade do século XVIII, com a crise do ouro, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação passou a desempenhar papel preponderante na economia da capitania. Minas reordenou-se para o suprimento da cidade do Rio de Janeiro, cujo crescimento demográfico foi notável a partir de 1760¹⁷.

Na verdade, analisando a Capitania Fluminense no entremear de 1650 a 1750, o historiador Antônio Carlos Jucá de Sampaio¹⁸, pode verificar que este crescimento populacional já se iniciara na dita Capitania desde início do século XVIII. Ao contrário do que a historiografia até então informava, segundo o autor não se verificava uma “crise geral”, por muitos delineadas para a América Portuguesa. Para este, a crise observada neste momento deve ser matizada uma vez que a rápida abertura de novas áreas de povoamento no interior do território colonial, já refletia em razoáveis transformações na sociedade fluminense.

Há que se levar em conta ainda que este período final dos setecentos está relacionado também ao movimento conspiratório da Inconfidência Mineira.

Revisitando a historiografia sobre o tema, e mesmo as fontes já trabalhadas, João Pinto Furtado¹⁹, examinou as condições materiais de existência dos protagonistas do movimento, procurando a partir de seus objetos e fragmentos ligados à sua existência cotidiana, evidências dos possíveis modos de vida, com a finalidade de perceber seus interesses econômicos, através de percepções diferenciadas da viabilidade e de motivações distintas para o feito. Ao analisar o dinamismo que a Comarca do Rio das Mortes apresentava naquele momento e a grande participação de inconfidentes daquela região, o autor sugere que:

Não está afastada, portanto, a possibilidade que mesmo ao aventarem uma nova ordem, os inconfidentes não estivessem atentos à não desprezível possibilidade de recuperação de um arcabouço institucional que lhes assegurasse algum nível de representação no mundo luso-brasileiro. A república por eles aventada, de fato, teria “vários parlamentos”, mas, segundo indicam as evidências, distribuídos entre a capital São João Del Rei, e as principais localidades que polarizavam a economia das Minas Gerais. Provavelmente, os parlamentos seriam distribuídos entre os principais pólos regionais, tradicionais e consolidados (...) e, ainda, alguns emergentes. Nessa última categoria, provavelmente se destacariam o Arraial da Igreja Nova, que foi logo depois elevado à condição de Vila de Barbacena, em 1791²⁰.

O autor destaca que na condição de Vila, a localidade passava a ter o direito, não desprezível na ordem setecentista, de constituir Câmara, a qual possuía direito de representação direta à Coroa na forma de petições e requerimentos que pudessem ser apresentados à revelia dos governadores²¹.

Enfim, estas considerações acabam por ser frutos de uma ocupação mais intensa e sistematizada em regiões ligadas ao terceiro momento de criação das Vilas na Capitania mineira, anteriormente mencionado, como tendo ocorrido no pós-boom minerador. Desta forma, torna-se necessário perceber melhor, o dinamismo desta população em crescimento com ritmos diferenciados.

Se a diversificação econômica fora uma característica da Capitania de Minas desde os primórdios, com o crescimento e redirecionamento populacional, na segunda metade do século XVIII, esta característica deve ter aumentado. Isto, principalmente a partir da década de 1770, quando a média anual de arrecadação do ouro, que já fora de 86 arrobas na década anterior, caiu para 68 arrobas²². Isto nos faz concluir, que o movimento de crescimento populacional entre as comarcas tenha se diferenciado e intensificado a partir de então.

Utilizando-se de dados gerais relativos à população da capitania, já levantados por outros historiadores, podemos visualizar melhor este crescimento, conforme segue nas Tabelas 01, 02 e 03.

Tabela 01
Crescimento da população total e % de escravos da capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)

Comarcas	1767			1821		
	Pop. total	Pop. escrava	%	Pop. total	Pop. escrava	%
CVR	60.249	38.647	64,1	75.573	26.936	35,6
CRM	49.485	26.891	54,3	213.617	84.995	39,8
CRV	69.328	43.027	62,1	141.312	45.297	32,1
CSF	29.538	18.038	61,1	83.592	24.640	29,5
Capitania	208.600	126.603	60,7	514.094	181.868	35,4

Fonte: ALMEIDA, Carla M. C. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822**. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado). P.53. CVR: Comarca de Vila Rica; CRM: Comarca do Rio das Mortes; CRV: Comarca do Rio das Velhas e CSF: Comarca do Serro Frio.

De acordo com esta tabela podemos perceber e confirmar a reorganização do número da população por comarca, pelo qual a capitania mineira passou na transição do século XVIII para o XIX. Realmente fica claro como que a Comarca de Vila Rica, que no auge aurífero chegou a comportar a maioria da

população da Capitania, no final do setecentos e início do oitocentos, se caracterizava como a região de menor população no espaço mineiro. Por outro lado, a região de maior crescimento populacional é a da Comarca do Rio das Mortes, que quadruplicou sua população, isto em relação não somente à camada livre como também à escrava, não obstante podendo ser observado que a população livre na região aumenta em importância, atingindo uma taxa de crescimento de 305,17%, enquanto a escrava cresce 43,65%. Segundo Carla Almeida, estes dados revelam a importância cada vez maior que a mão-de-obra livre passou a ter na capitania, apontando para a existência de um grande número de unidades produtivas atuando com base na mão-de-obra familiar²³ e isso ao que parece não fora uma característica somente de uma ou outra comarca. Se observarmos o percentual dos escravos em relação à população total de todas as regiões, percebemos uma relação muito próxima entre elas, girando em torno de 60% da população em 1767 e de 35% em 1821, para todas as regiões.

Minas encerra o século XVIII como a capitania mais populosa da América portuguesa, e avança pelo oitocentos sustentando esta posição, o que acabou por ser muitos anos depois uma evidência incômoda às posições historiográficas de uma prolongada e vigorosa decadência econômica da capitania após o auge do ouro. À luz de novas fontes de estudo e sob novas perspectivas de abordagem, Roberto Borges Martins e Robert W. Slenes no início dos anos 80 abriram a possibilidade de uma revisão historiográfica para o período de transição do século XVIII para o XIX²⁴.

Para uma economia estagnada com o declínio da mineração, pensar numa grande concentração de escravos, a maior de todas as províncias da colônia no início do século XIX, supõe uma relação contraditória à decadência econômica. Assim, Roberto Borges Martins e Martins Filho atentam ainda que, ao contrário do que se afirmava até então, esses escravos não eram herança da decadência das áreas mineradoras, mas, sim, o resultado de importações recentes. Portanto, por Minas não possuir economia de *plantation* e ser a maior importadora de escravos, o autor, ao falar da economia mineira, a caracteriza pela existência de unidades auto-suficientes produzindo para o autoconsumo e para venda de excedentes para o mercado local. Nas Minas oitocentistas, as importações de escravos não se relacionavam com a evolução de um único produto, setor ou região, mas com a demanda conjunta de vários setores de uma economia diversificada. Os autores confirmam seus dados com base em centenas de documentos inéditos do Arquivo Público Mineiro, gerados por autoridades municipais, paroquiais e distritais, que atendiam às tentativas de recenseamento feitas pelo governo provincial mineiro, desta forma suas novas estimativas sobre a população de Minas superaram as até então existentes.

Em contrapartida, Robert W. Slenes²⁵, sem desconsiderar a contribuição dos Martins para os novos estudos sobre Minas Provincial, contestou-os em alguns aspectos. A maior polêmica talvez tenha sido o fato de que se a economia mineira não estava ligada ao mercado para fora da província, como esta conseguiu absorver tantos escravos?

Para Slenes, isto se explica pela ligação desta província a mercados externos, principalmente no abastecimento da corte e às regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Na primeira metade do século XIX, longe de ser uma região pouco voltada para fora, como Martins afirmava, a economia mineira era de exportação e bastante significativa. Esta opinião tem confluência com as considerações de Alcir Lenharo²⁶ que documentou a importância do Sul de Minas como fornecedor de gado e outros mantimentos para a cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, conforme relatamos no início do texto, dando destaque para a Comarca do Rio das Mortes.

Portanto, a maior contribuição do trabalho de Slenes foi a de demonstrar a importância de Minas como um centro dinâmico, e os efeitos multiplicadores sobre o resto da economia, o que para ele explicava o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século. Sendo assim, podemos perceber que, afora as divergências em alguns pontos, Martins e Slenes muito contribuíram para uma renovação da historiografia mineira sob a perspectiva de desenvolvimento desta província no pós “boom minerador”, e não de estagnação econômica.

O movimento de rearticulação populacional do espaço mineiro que tentamos demonstrar, para além de ter ocorrido entre as Comarcas, manifestou-se também no interior destas. Analisando a composição populacional dos diversos termos da Comarca do Rio das Mortes podemos perceber melhor esta situação, além de podermos nos atentar melhor para a conformação populacional do espaço que elegemos para a pesquisa, que fora a Vila de Barbacena.

Apesar de trabalharmos com o período de 1791 a 1822, infelizmente não possuímos dados relativos à população dos termos da Comarca do Rio das Mortes anteriores a 1808, o que nos fez considerar a sistematização feita por Alexandre Mendes Cunha uma montagem de muita valia para emprendermos as

modificações populacionais neste espaço.

Tabela 02: População Comarca do Rio das Mortes e seus Termos (1808-1835)

Termo	População					
	1808	%	c.1820	%	1835	%
São João Del Rei	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28
São José Del Rei	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52
Baebendi			30.902	13,05	45.373	14,43
Jacuí			15.229	6,43	32.545	10,35
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,60	24.725	7,86
Total	154.869	100	236.819	100	314.495	100

* Inclui os totais relativos a Baebendi e Jacuí.

Fonte: CUNHIA, Alexandre Mendes. **Vila Rica – São João Del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX**. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado). P.303.

Tabela 03: Crescimento Anual da População da Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835)

Termo	Crescimento Anual		
	1808-1820	1820-1835	1808-1835
São João Del Rei	4,63	0,08	2,10
São José Del Rei	-1,87	5,05	1,97
Barbacena	4,88	1,47	2,99
Campanha	-	1,80	0,57
Baebendi		2,56	
Jacuí		5,06	
Tamanduá	4,66	0,33	2,25
Queluz	0,94	0,56	0,73
Total	3,54	1,89	2,62

Fonte: Cunha, Alexandre Mendes. Op. Cit. P. 203.

Pelas taxas de crescimento anual podemos perceber que de uma forma geral no período apreendido o crescimento ocorre em todos os termos, com exceção para o termo de São José Del Rei no período de 1808-1820. Contudo essa taxa negativa deve ser matizada e não compreendida somente como um esvaziamento da população desta região. Afonso de Alencastro Graça Filho chama a atenção em um artigo para a confusa política administrativa adotada em Minas na primeira metade do século XIX. Esta confusão gerou uma sobreposição dos níveis de competência e um constante desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas²⁷. Desta forma, não temos como saber se esta taxa negativa neste período não pode significar o desmembramento e reagrupamento de arraiais e distritos.

Podemos perceber ainda que o ritmo de crescimento também varia de um termo para o outro, e nos chama a atenção para o intervalo de 1808-1820 ser o termo de Barbacena o de maior crescimento dentre todos os outros da Comarca do Rio das Mortes, apesar de possuir neste período de 10 a 12% da população da Comarca. Note-se ainda, que mesmo não mantendo a maior taxa de crescimento anual no segundo período (1820-1835), o termo permanece na análise geral (1808-1835), como o que anualmente crescia mais. Neste caso também devemos nos atentar para o fato deste crescimento poder significar rearticulações de arraiais e distritos.

Com relação ainda à tabela 03, acreditamos poder inferir que o crescimento da região estudada já ocorria desde a última década do setecentos. Corroborar esta assertiva o pedido dos povos da região ao governador onde: “postrados omildemente aos pés de V. Ex.^a (...) imploram com suspeiros o oportuno remédio na grandesa de V. Ex.^a facultando-lhes a graça da criação de huma nova Villa no arrayal da Igreja nova da Borda do Campo (...) por conter aquele d.” arrayal toda a capacid.^o p.^a hua numeroza Povoação, situado em Estrada geral do comercio dos viandantes do Rio de Janeyro (...).²⁸” E, nota-se que, em pleno processo de devassa, a comarca que contava com 14 dos 24 principais inconfidentes tem elevado à condição

de Vila o arraial que abrigava pelo menos 04 destes, sendo um deles, José Aires Gomes, o maior possuidor de terras na Borda do Campo e um dos maiores de Minas Gerais, que dentre outros assina o pedido acima citado encaminhado ao Governador.

Cabe-nos tentar explicitar melhor a conformação da população do Termo ao qual a Vila de Barbacena faz parte.

Vistoriando o Fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro, encontramos mapas de população para o Termo de Barbacena para os seguintes anos: 1809, 1813, 1814, 1815 e 1819²⁹. A estrutura destes mapas nos fazem acreditar que os mesmos correspondem ao que o Ministro dos Negócios da Guerra, instruiu que fosse realizado, pois estes foram feitos por um Capitão-mor, além de todos trazerem informação sobre o número de “capazes de pegar em armas entre 20 e 30 anos, homens livres de toda a qualidade”.³⁰

Além desta informação, estes mapas trazem o número de homens e mulheres, livres e escravos casados e solteiros, de segmentos brancos, pretos e mulatos, além do número de pessoas que nasceram e morreram. Todas estas informações estão divididas pelas freguesias que compõem o termo, o que nos auxilia mais ainda, a perceber os contornos de nosso objeto de estudo e, conseqüentemente melhor visualizar a conformação de sua população no intervalo de 1809 a 1819. Trata-se assim, de uma fonte oficial que tinha por finalidade atender um objetivo específico, como mencionamos. Desta forma, são dados passíveis de conter omissões, erros, não trazem os distritos e arraiais sobre os quais foram retiradas as informações, nem como o Capitão responsável por cada uma deles os obteve. Só para citar um exemplo de omissão, em 1817, o mineralogista e botânico John Emanuel Pohl³¹, em sua viagem do Rio de Janeiro à São João Del Rei, passando por Barbacena e estando nesta Vila, relata que segundo um Capitão a população da Paróquia de Barbacena (possivelmente estaria falando de toda a Freguesia), totalizava 14.064 almas. Na subdivisão por grupo social, aparece o número de índios que somam, 302. Em nenhum dos mapas é feita menção a este grupo social e, ao que tudo indica, algumas comunidades ainda habitavam a Freguesia. Para além destes possíveis erros, acreditamos que explorar esta fonte, nos trará uma valiosa conformação desta sociedade.

O crescimento populacional da Comarca do Rio das Mortes e do Termo da Vila de Barbacena já observamos anteriormente. Assim, como que internamente ao Termo essa população se distribuía? Para percebermos esta situação montamos a tabela abaixo.

Tabela 04: População do Termo de Barbacena / 1809 – 1819

Freguesias	1809		1813		1814		1815		1819	
	L	E	L	E	L	E	L	E	L	E
Vila de Barbacena	6484	3759	6939	4117	6878	3938	7941	4497	5123	3003
Outras Freguesias*	2477		3901		3648		3724		8041	
	1621		2032		2066		2284		5159	
Total Freguesia da Vila	10243		10816		10956		12438		8126	
Totais Outras Freguesias	4098		5714		5933		6008		13200	
Total Geral	14341		16530		16889		18446		21326	

L = Livres; E = Escravos.

*Outras Freguesias = Engenho do Mato, Simão Pereira, Rio Pomba, Parte da Freguesia de Prados e somente no ano de 1819 a Freguesia de Ibitipoca.

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

A partir desta tabela, mesmo não possuindo dados para o final do século XVIII, podemos confirmar algumas proposições e aquilatar outras. O crescimento populacional observado para a Comarca do Rio das Mortes na virada do século XVIII para o XIX, fez-se no interior de seus termos. De 1809 para 1819, a população do Termo de Barbacena aumentou de 14.341 pessoas, para 21.326; ou seja, um crescimento percentual de 48,70%.

Outra constatação é sobre o número da população livre. Como verificamos através dos dados de Carla Almeida, esta acompanhou em importância o crescimento da Comarca. Para o caso do Termo podemos perceber que, enquanto a população livre aumentou 46,90% no período, a população escrava teve um aumento de 51,71%. Acreditamos que este fator não contradiz a questão do gradual aumento e importância da população livre, contudo, nos informa que a mão-de-obra escrava nesta região tem um lugar de destaque.

O redirecionamento das atividades econômicas ocorridas no final do século XVIII, não significou, para essa região em formação, o desmantelamento da escravidão como fator de participação nas atividades desenvolvidas. A participação da população escrava tem um pequeno aumento em relação à população total. De 37,52% em 1809, a população escrava representa 38,28% do total em 1819.

Peculiar na divisão desta população é também perceber a importância da Freguesia da Vila de Barbacena dentro do Termo. Por estarem divididos por Freguesias, os mapas nos possibilitam esta comparação. Nos mapas de 1809, 1813, 1814 e 1815, o Termo de Barbacena, acha-se dividido em 05 Freguesias. São elas: a Freguesia da Vila de Barbacena, a Freguesia de Simão Pereira, a Freguesia de Engenho do Mato, a Freguesia de Rio Pomba e Parte da Freguesia de Prados. Já no mapa de 1819, aparece mais uma Freguesia, a de Ibitipoca.

De acordo com a Tabela 04, verificamos que até 1815 a freguesia da Vila era a que possuía maior população. É isso de uma forma categórica, pois percebemos que mesmo somando as outras Freguesias, ela se mantinha nesta posição. Em 1819, a Freguesia da Vila de Barbacena continua sendo a de maior população, contudo, somadas todas as outras, ela perde este posto. Torna-se interessante destacar também que este último ano do período, para a Freguesia da Vila, é marcado por um decréscimo em relação ao período anterior. Parece que em finais da década de 1810, o ritmo de crescimento dentro do Termo de Barbacena, acelera-se em direção às outras Freguesias, que não a da Vila.

O decréscimo observado na população da Freguesia da Vila de Barbacena, no final do período tem que ser relativizado. Acreditamos que este pode ser fruto de deslocamento de famílias para as outras freguesias e até mesmo outros termos da Capitania, além também da chegada de pessoas de outras regiões para as freguesias em crescimento. Contudo, no mapa de 1819 já notamos diferenças administrativas conforme já indicamos. Com a criação da Freguesia de Ibitipoca, que arraiais passaram a lhe pertencer? E ainda, a quem eles pertenciam até então? Parece que neste momento este desmembramento, agrupamento e reagrupamento de distritos e arraiais realmente interferiram na conformação destes dados. Por exemplo: como explicar a total inversão no número de habitantes que ocorreu em Parte da Freguesia de Prados e Parte da Freguesia do Rio Pomba?

Até o ano de 1815, os mapas indicam a Freguesia do Rio Pomba como um todo. A denominação "Parte" só aparece no mapa de 1819, justamente o momento em que há um grande decréscimo de sua população. Em contrapartida, neste mesmo contexto a Parte da Freguesia de Prados tem um considerável crescimento. Enfim, a partir destas constatações acho que fica mais claro o que já falamos anteriormente, do cuidado quando estivermos falando de crescimento populacional, mediante este jogo de vai-vem de sobreposições administrativas.

Para tanto, fica claro que a Freguesia da Vila de Barbacena chega às vésperas da Independência do Brasil, como a de maior população dentro do Termo de Barbacena, chegando a ser três vezes maior do que a que viria em segundo lugar.

Outra questão interessante de ser notada é a conformação dos segmentos populacionais que compunham esta sociedade. Nos mapas que vimos trabalhando até agora, as pessoas aparecem sub-divididas em grupos de livres (brancos, pretos e mulatos) e escravos (pretos e mulatos). Através desta divisão, montamos a Tabela que segue. Resolvemos analisar somente os dados concernentes à Freguesia da Vila, por ser este o espaço que elegemos no projeto.

Tabela 05: Segmentos Populacionais da Freguesia da Vila de Barbacena – 1809/1819

LIVRES	1809		1813		1814		1815		1819	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branco	3749	57,64	3914	56,91	3853	56,34	4483	56,45	2687	53,37
Pretos	588	9,05	581	8,45	534	7,81	583	7,35	358	7,12
Mulatos	2167	33,31	2383	34,64	2452	35,85	2875	36,20	1989	39,51
TOTAL	6504	63,37	6878	63,59	6839	62,13	7941	63,84	5034	62,48
ESCRAVOS										
Pretos	3308	88,00	3513	89,20	3767	90,40	4071	90,52	2711	89,70
Mulatos	451	12,00	425	10,80	400	9,60	426	9,48	311	10,30
TOTAL	3759	36,63	3938	36,41	4167	37,87	4497	36,16	3022	37,52

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

Esta divisão que os mapas de população nos trazem, chamou-nos muito a atenção. A importância da população livre nós já havíamos percebido em análise anterior. Entretanto, a partir da Tabela 05 podemos perceber que a maior parte do segmento livre, constituía-se de brancos. Nunca menos de 56% da população livre do período.

Para a Comarca do Rio das Mortes, Sílvia Brugger chamou a atenção para esta interessante característica da população, não só da Comarca, mas das Gerais como um todo. A partir da indicação desta marca da população mineira, já mencionada por outros historiadores, a autora pode constatar isto num mapa de população de 1776, e em relatos de viajantes estrangeiros³². Em 1776, a população da Comarca caracterizada como branca, perfazia 36,15% do total. Se considerarmos a Freguesia da Vila como representante desta região, podemos auferir que esta localidade teve sua capacidade de atrair pessoas de outros lugares, aumentada com o alvorecer do século XIX.

Ao mesmo tempo podemos dizer que, a necessidade de mão-de-obra cativa também se fazia presente, como que quase totalmente reproduzida via tráfico africano. Percebemos isto quando verificamos que nunca menos de 88% dos escravos estavam denominados como “pretos”. Isso porque segundo Sheila de Castro Faria³³, para todos os lugares em que há pesquisas sobre a temática, o termo “preto” era sinônimo de escravo nascido na África. Parece que, por esta região, apresentar-se em fins do século XVIII como ainda sendo de fronteira, além de atrair pessoas de outras regiões, reproduziu o modo de reprodução escravista. Sheila de Castro³⁴, analisando Campo dos Goitacazes no Rio de Janeiro pondera que em regiões onde a implantação e/ou ampliação das atividades, fossem ou não para exportação, pressupunha aquisição de mão-de-obra africana. Isto nos faz indagar se as atividades que estavam sendo desenvolvidas no espaço em estudo foram capazes de reproduzir esta lógica escravista.

Aparentemente, os Mapas de População com os quais estamos trabalhando, incorporaram à população livre, os libertos. Isso porque, além de brancos e mulatos, aparece o termo “preto”. Se preto, como já falamos, estava relacionado ao africano, quando empregado ao campo dos livres creio podermos falar que são libertos. Não podemos conceber que um africano não tenha sido escravo. O segmento mulato dentro dos livres pode estar englobando algum liberto, nas neste caso não temos como generalizar, uma vez que, “quase sempre o termo mulato indicava um indivíduo já livre e esta, talvez tenha sido a denominação que mais se referia à mestiçagem”³⁵. Portanto, vale ressaltar aqui que, os termos preto, crioulo, pardo, cabra, mulato, mais do que designarem pigmentação de pele, estão se referindo a proximidade ou não de um indivíduo com a África, como o cativo e com a inserção social destes indivíduos quando da liberdade.

Para tanto, feito estas constatações podemos considerar que pelo menos 08% da população livre da Freguesia da Vila de Barbacena, entre os anos de 1809-1819, era composta de pessoas que se libertaram do cativo. Estes africanos forros representavam 13,65% da população nascida na África.

Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho e Douglas Cole Libby³⁶, em 1795 na Freguesia de São José os africanos forros representavam 07% em relação à população nascida na África. Os autores chegam a essa constatação a partir da análise de um Censo Eclesiástico, onde puderam perceber também que, em 84, 20% dos casos de alforria, estavam relacionados a nascidos no Brasil.

O fato de os africanos forros na Freguesia da Vila de Barbacena estarem representando praticamente o dobro do que a da Freguesia de São José, não anula a confirmação de que não eram os africanos que mais conseguiam alforrias. Além de estamos comparando dados de anos diferentes, não possuímos informações sobre a população forra nativa. O que podemos sugerir, é que os africanos encontraram nesta Freguesia, melhores condições e oportunidades de conseguirem sua liberdade, do que em outras partes da Comarca.

Quanto ao gênero destes forros, os dados parecem indicar um equilíbrio entre os seguimentos masculinos e femininos. Em 1809, por exemplo, dos 588 pretos, que estamos considerando como forros, eram homens 285 e 303 eram mulheres. Já em 1814, as mulheres somavam 262, enquanto os homens 272. Enfim, as oportunidades que esta sociedade configurava, aparece contemplando ambos os sexos. Na análise da composição das riquezas da Freguesia da Vila, poderemos tentar associar o contexto sócio-econômico com a possibilidade dos cativos de angariar pecúlio para conseguirem sua alforria.

Para finalizar, a análise da caracterização da sociedade em foco, cabe mencionar a proporção entre homens e mulheres nela presentes. Assim, como o observado por Brugger³⁷, para a Comarca do Rio das Mortes, Termo e Vila de São João Del Rei e alguns distritos, o maior desequilíbrio entre os sexos se dá entre os cativos. Podemos perceber que a presença de africanos está diretamente proporcional à razão homem/mulher entre escravos.

Tendo percebido esta mesma conformação para Campo dos Goitacazes, Faria atribuiu o fato da maior presença de homens a dois fatores. Primeiramente, o que tradicionalmente é apurado como motivo desta

preferência: o interesse dos senhores no Brasil por aquele gênero que em seus olhares eram os plenamente aptos à produção. E um segundo argumento, associado a esta preferência dos senhores, estes encontravam na África as mulheres com o preço mais elevado que o dos homens. Isso porque a mulher significava possibilidade de procriação.

Tabela 06: Razão Homem/ Mulher – Freguesia da Vila de Barbacena – 1809/1819

Ano	Grupo Social	Homens	Mulheres	Razão homem/mulher
1809	Todos	5556	4707	118
	Livres	3306	3198	103
	Escravos	2250	1509	149
1813	Todos	5821	4995	116
	Livres	3437	3441	99
	Escravos	2384	1554	153
1814	Todos	5981	5045	118
	Livres	3384	3455	97
	Escravos	2597	1590	163
1815	Todos	6581	5857	112
	Livres	3856	4085	94
	Escravos	2725	1772	153
1819	Todos	4239	3817	111
	Livres	2505	2529	99
	Escravos	1734	1288	134

Fonte: Mapa de População, Fundo CC do APM - Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.

Paralelo a esta situação, a razão homem/mulher entre o seguimento livre, é durante todo o intervalo de tempo mais equilibrada, chegando até mesmo ser negativa.

Feita esta caracterização do povoamento do Capitania de Minas Gerais, do Termo de Barbacena e sua Freguesia, pudemos perceber que se o povoamento da Capitania teve seu início em fins do século XVII, a região da Freguesia da Vila de Barbacena, acaba por ter a intensificação de seu povoamento em fins do século XVIII, justamente num momento em que a atividade mineradora já não mais era o carro chefe da economia mineira. Nas primeiras décadas do XIX, esta região já encontrava-se perfeitamente integrada ao universo escravista, além de aparecer como um “locus chamariz” de pessoas de outras localidades e até mesmo do reino. Uma vez feita estas observações empíricas da organização populacional, acreditamos que se trata, assim, de buscar entender as determinações decorrentes da estrutura e dinâmica da economia mineira, no período colonial, isto é, como determinadas estruturas de propriedades produtivas, de distribuição de renda, aplicação da riqueza determinaram, propiciaram e consolidaram um processo complexo e multifacetado, de que são expressões a imposição do Estado, com a criação da Vila em fins do XVIII, a consolidação de rede urbana, e a diversificação de estrutura social em Minas Gerais.

Desta forma, arrolamos no arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi” – Barbacena/MG, para todo o recorte temporal da pesquisa (1791-1822), 272 documentos referentes às 1ª e 2ª secretarias de vara cível. Numa divisão por décadas podemos destacar que 53 deste inventariados são do período de 1791-1800, os quais apresentaremos dados parciais de um total de 33 documentos, sendo que só não será contemplado pela amostragem o ano de 1798, por ainda não termos nenhum documento coletado dos 08 existentes para este ano.

Antes de passarmos à análise propriamente dos ativos que constituem a riqueza da região, algumas considerações acerca dos inventariados por nós analisados devem ser postas. A primeira é que o uso do inventário só nos permite visualizar uma parcela mínima da população, aquela que fora capaz de acumular algum bem. Sendo assim, é destas pessoas que estaremos falando e não da maioria da população de homens livres pobres que não tiveram bens para serem inventariados. Contudo, esta constatação por si só é relevante para percebermos quão desigual e hierarquizado é o espaço que estamos analisando.

Assim optamos por começar destacando os primeiros informes deste grupo de inventariados: situação matrimonial, residência, grau de parentesco entre inventariados e inventariantes, atividade exercida, naturalidade, os que possuíam escravos ou não, enfim, procuramos vislumbrar o entorno das vidas destas

pessoas. Portanto o perfil que nos informa é o seguinte: dos inventariados analisados 69,70% são do sexo masculino, portanto sua maioria. Aproximadamente 78% dos inventariados ao morrerem eram casados deixando esposa ou esposo vivos. Do restante, 18,18%, já eram viúvos e somente uma pessoa era solteira ao falecer. Aparentemente, a associação dos preceitos da Igreja Católica à vida das pessoas que possuíam bens a serem inventariados na Vila se fez muito presente.

A ligação do inventariante com o falecido também é um dado que os inventários nos informam. Dos inventariados casados, 77,78% destes tiveram como inventariante o cônjuge. E os outros 22,22% apesar de não serem os viúvos estavam divididos entre filhos, genros e cunhados. Já os falecidos que já eram viúvos no momento de sua morte, em 100% dos casos tiveram como inventariante os filhos e/ou genros e noras. O inventariado solteiro teve seu irmão como o responsável em proceder seu inventário. Realmente esta função de se proceder ao inventário apareceu como uma função da família, principalmente dos parentes mais próximos.

Ao contextualizarmos a transição do século XVIII para o XIX, falávamos do redirecionamento das atividades do centro minerador para outras regiões. Este fenômeno marcou também, o movimento de pessoas de uma Comarca para outra, assim como a incorporação de novas pessoas à Capitania. Apesar de 63,64% dos inventários não apresentarem informações sobre a naturalidade e a nacionalidade das pessoas, podemos perceber que os que informaram indicaram, 01 sendo de origem da própria Capitania, 03 apresentou ter naturalidade em outra Capitania brasileira e 08 inventariados, tinham seu nascimento em freguesias de Portugal.

Parece que informar a profissão não era uma prática recorrente ao período, uma vez que não encontramos nenhuma menção à profissão de nossos personagens, contudo títulos eram comuns. Dentre o universo levantado temos três capitães, um alferes, um padre e uma mulher referida como Dona.

A preocupação de livrar-se dos pecados e especificar alguns legados foi recorrente em 11 casos, nos quais os inventariantes declaram que o falecido tinha testamento e o mesmo foi anexado ao inventário.

Como forma de melhor visualizarmos a composição e a residência de nossos atores procedemos a uma divisão entre os documentos levantados, classificando-os de urbanos ou rurais. Consideramos ser difícil fazer tal distinção para este período, uma vez que casas de dentro do perímetro dito “urbano” da Vila podiam possuir algumas benfeitorias comuns a fazendas e sítios. Acreditamos que neste meio os costumes ainda são comungados como um só. No entanto, esta divisão é operacionalizada da seguinte forma: por urbano estamos entendendo pessoas que moram dentro do distrito da Vila, em suas ruas centrais, próximas à Igreja Matriz; e por rural toda unidade localizada em algum arraial, paragem, aplicação e povoado ao redor da Vila e do alcance de sua Freguesia. Desta forma pudemos perceber que 28 das pessoas inventariadas tinham sua residência no meio rural, 04 no meio urbano e uma pessoa congregava fazenda e casas de morada na Vila.

Essa conformação já nos chama a atenção para o tipo de investimentos que compõem a riqueza da região. Desta forma não foi surpresa percebermos que em 33 inventários, 31 eram possuidores de escravos, totalizando-se 289 cativos. A média de posse ficou então em torno de 8,75 escravos por pessoa. Contudo, 48,39% dos proprietários possuíam de 01 a 05 cativos, 19,35% de 06 a 10 e 16, 13% acima de 20, sendo que o inventariado de maior plantel possuía 32 escravos. Esta média de escravos está muito próxima para o que Carla Almeida³⁸ encontrou para o Termo de São João Del Rei, no período de 1780/1822 (média de 10 escravos por pessoa) e do que Mônica Ribeiro de Oliveira³⁹ encontrou para o Termo de Barbacena (1780/1808), no qual a autora ponderou que a maior parte dos proprietários possuía plantéis de até 10 escravos.

A disseminação da propriedade escrava parece indicar que as atividades desenvolvidas na Vila foram capazes de fazer com que as pessoas acumulassem pecúlio a ponto de investir no bem de maior valor no período. Demonstra também, apesar de ainda não termos sistematizados os dados, que a maioria destes escravos era de origem africana, sendo então a formação destes plantéis constituída via tráfico. Por enquanto, nosso interesse era demonstrar este panorama geral do que e de quem estamos falando, para podermos adentrar então na concentração de suas riquezas.

Para esta análise os dados dos inventários foram coletados sistematizando os seguintes grupos dos bens materiais: pertences e utensílios, que englobou utensílios de cozinha como tachos, panelas, pratos, roupas, acessórios; o mobiliário; dinheiro (ouro em pó); Jóias (ouro lavrado); mercadorias (referente a loja de secos e molhados, botica etc. Como nesta amostragem somente quatro documentos dizem respeito ao meio urbano propriamente dito, não observamos a presença deste item); instrumentos profissionais (enxadas, machados, foices, rodas de fiar, tear); equipamentos (outros instrumentos que não se encaixavam nos anteriores como,

carro, sela, martelo, relativo aos ofícios de carpinteiro, sapateiro, forno, lambique, engenho entre outros); outros, quando não conseguimos agrupar; roças e colheitas; animais (bois de carga, bois, suínos, eqüinos, muares, caprinos, ovinos); escravos; Benz de raiz (Fazenda, casas, terras, benfeitorias, sítios, chácaras); e por fim dívidas ativas e passivas.

Sistematizando os dados através das divisões acima mencionadas, pudemos chegar ao resultado da tabela 04. Toma-se necessário avaliar e definir o peso das diversas atividades e bens que constituem esta riqueza, para que possamos melhor caracterizar a estrutura que perpassa a Vila. Entretanto a análise aqui auferida consta somente de alguns apontamentos que deverão ser melhores delineados.

Assim como o observado por Carla Almeida⁴⁰ para a Comarca do Rio das Mortes, percebermos um baixo percentual dos ativos jóias e dinheiro. Representando respectivamente, 0,16% e 0,75%, estas características apontam para uma economia com baixa liquidez e pequena circulação monetária. Ao mesmo tempo, apontam para uma concentração destes ativos em poucas mãos, uma vez que a presença destes não fora disseminada pelas pessoas inventariadas.

Tabela 07
Composição da riqueza, em mil-réis, nos inventários da Vila de Barbacena – 1791/1800

Ativos	Valor	%
Pertences e utensílios domésticos	1:048\$240	1,37
Mobiliário	412\$531	0,55
Dinheiro	578\$827	0,75
Jóias	115\$510	0,16
Instrumentos Profissionais	456\$926	0,59
Equipamentos	401\$967	0,53
Roças/Colheita	996\$960	1,30
Animais	3:433\$065	4,48
Escravos	26:855\$400	35,10
Benz de raiz	29:915\$080	39,08
Dívidas Ativas	12:126\$812	15,84
Outros	188\$180	0,25
Total – Monte-mor	76:529\$498	100
Total de Inventários	33	100

Fonte: Inventários post-mortem do AHIMAS (Arquivo Histórico Municipal "Altair Savassi"). 1^a e 2^a Secretarias de Vara Cível.

O mesmo podemos perceber com relação aos ativos pertences e utensílios domésticos e mobiliário. Como mencionamos anteriormente neste item arrolamos bens de cozinha, vestuário. Segundo Leila Mezan Algranti⁴¹, no final do século XVIII e início do XIX, o costume de comer com as mãos ainda era corrente, em todos os grupos sociais. Porém a presença de garfos, colheres e facas na composição das cozinhas da maior parte dos lares da elite colonial transformaram estes objetos em artigos de luxo. Parece que só o fato destes pertences chegarem a ser avaliados num inventário demonstra o valor a eles dados nesta sociedade. O mais comum era a utilização de cobre, ferro e estanho na fabricação desses utensílios, contudo sua utilização não era tão recorrente como percebemos pela participação destes ativos nos inventários. A modéstia do mobiliário também se mostra evidente assim como sua falta. Esta precariedade, segundo Algranti⁴², pode se explicada pela falta de recursos financeiros, pela ausência de artesãos competentes e até pelo modo de vida itinerante. No que se aplica ao nosso universo, que tem se demonstrado rural aparentemente os recursos serão utilizados em setores de produção, que possam lhe gerar algum retorno.

A atividade comercial "stritu sensu", através dos inventários não foi possível estar apreendendo, uma vez que não arrolamos nenhum item em mercadoria, contudo tendo por base os relatos de Saint-Hillaire, que é posterior a este período, mas nos chama a atenção, a Vila de Barbacena possuía várias lojas muitas bem sortidas, vendas e hospedarias que eram de muita utilidade para os tropeiros, pois depois de vários dias de viagem encontravam aí tudo o que precisavam para se abastecer⁴³. No inventário de Antônio Monteiro da Fonseca, aberto no ano de 1794, morador no Sítio denominado Rocinha do Queirós, sua esposa, inventariante, declara que este sítio se "(...) compõem de casas de vivenda de sobrado, coberta de telha, com seu quintal tapado de muro de pedra, rancho de passageiros e tropa (...)"⁴⁴. Esta informação nos faz supor que estas atividades mercantis não sejam próprias somente de casas de dentro da vila, estando

ocorrendo paralelo ao campo e às atividades agropastoris.

Agora, a pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição do patrimônio, mesmo se somarmos instrumentos profissionais com equipamentos, indicam uma economia muito mais dependente das constantes incorporações de terras e mão-de-obra do que do aprimoramento técnico. Ou seja, um sistema econômico caracterizado pela forma extensiva de produção⁴⁵. Interessante perceber também que a atividade predominantemente agrícola nas sesmarias concedidas não aparece nos inventários de forma superior à criação de animais. Estes chegam a significar três vezes mais na hierarquia das fortunas. Nota-se também que os únicos produtos que aparecem nos inventários são o milho e o feijão, mas sempre conjugados com a atividade pecuária. Segundo Burton e Saint-Hilaire, utilizavam o gado leiteiro para a produção de queijo, que era exportado para a capital do Império⁴⁶. Ou seja, o gado era criado e além do leite e seus derivados, sua carne era igualmente destinada ao Rio de Janeiro⁴⁷. Realmente, apesar de percebermos a presença de eqüinos, caprinos, ovinos, muares e suínos, é maior a presença de gado vacum.

Neste sentido, o fato de serem as terras a maior riqueza significaria a possibilidade não só da subsistência como também a existência de mecanismos capazes de gerar acumulação e incorporação de mais mão-de-obra. Em relação à qualificação desta escravaria, não adentraremos em mais detalhes, por não permitir e nem ser o objetivo deste.

Outra importante constatação é a participação relativa das dívidas ativas dentro das riquezas. De todos os inventários 13 eram possuidores de dívidas ativas, contudo somente uma pessoa detinha 8:380\$213 do total de 12:126\$812 das dívidas, demonstrando que apesar de certa difusão, os mecanismos de crédito estavam de certa forma, pelo menos os fornecedores dos maiores créditos, a um número restrito de pessoas. Antônio José Rabello Guimarães⁴⁸, detentor deste alto valor de dívida ativa, faleceu em 1791 e era detentor de um patrimônio no valor de 11:047\$631, ou seja, cerca de 75% de seu patrimônio estava concentrados nas dívidas, concedidas como crédito a 30 pessoas, sendo que para uma das pessoas era sobre a testamentária do falecido Domingos Pires (3:546\$226).

Ao mesmo passo, parece que grande parte da população é devedora. A disseminação de dívidas passivas foi maior, 20 inventariados, totalizando um valor de 12:409\$454, um pouco maior que o valor das ativas.

Enfim, estes são dados que necessitam ser mais bem trabalhados mas para o início de uma pesquisa já nos dão alguma informações relevantes sobre a pequena circulação monetária, os mecanismos de acumulação, o tipo de atividade produtiva, a mão-de-obra empregada, além de pistas de como direcionar o trabalho para podermos dar o melhor contorno possível. Portanto, esperamos que a concretização desta pesquisa possa delinear com mais clareza a importância econômica, política e estratégica dessa região no contexto da história brasileira e da capitania mineira, na transição do século XVIII para XIX. Nesse sentido a História Regional em muito tem contribuído e ainda virá a contribuir para o fazer da história no Brasil, uma história que em nosso entendimento é uma história de particularidades.

Notas

¹ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

² Os padres Manoel Rodrigues da Costa e José Lopes de Oliveira. José Ayres Gomes e Joaquim Silvério dos Reis. MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. P. 123-167.

³ MASSENA, Nestor. Op. Cit. P.287. Ver também: *As Câmaras Municipais e a Independência*. Vol. II. Ed. Conjunta do Conselho Federal de Cultura (MEC) e do Arquivo Nacional (Ministério da Justiça) em Comemoração ao Sesquicentenário da Independência. 1973.

⁴ LENHARO, Alciv. *As tropas da moderação*. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil.- 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

⁵ PAIVA, Eduardo França. *Venda Nova: Séculos XVIII e XIX – Um Estudo de História Regional*. Belo Horizonte: secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 22.

⁶ Sobre os caminhos que levavam à região das Minas, vale a pena conferir, por exemplo: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. (Dissertação de Mestrado). Especialmente no capítulo 1, o autor discute a formação do Caminho Novo e o povoamento de Minas, resgatando autores que também discutiram o tema.

⁷ GUIMARÃES, Geraldo. O Caminho Novo. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO JOÃO DEL-REI, v. 4, p. 27-43, 1986. p. 29.

⁸ MASSENA, Nestor. *Op. Cit.* p.268

⁹ GUIMARÃES, *Op. Cit.* P. 37.

¹⁰ A esse respeito o pesquisa de GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. Belo Horizonte: UFMG, 1986; é exemplar ao demonstrar a concomitância de atividades agrárias no período de auge de extração aurífera. Vale a pena conferir ainda PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado), especialmente o Capítulo II, quando a autora trata da trajetória de ocupação de Minas Gerais.

¹¹ PAIVA, Clotilde Paiva. *Op. Cit.* P. 33.

- ¹² RODRIGUES, André Figueiredo. *Op. Cit.* P. 168 e 182.
- ¹³ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS. v. 1, n. 2 (maio/ago.) 2005. p.263.
- ¹⁴ Idem. p. 267.
- ¹⁵ PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37.
- ¹⁶ Idem. Apud PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Op. Cit.* p.267.
- ¹⁷ FRAGOSO, João Luis; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro 1790-1840. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 79.
- ¹⁸ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império*. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. A esse respeito conferir principalmente a Introdução e o Capítulo I.
- ¹⁹ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope*. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Sobre as condições matérias dos inconfidentes ver principalmente o Capítulo II.
- ²⁰ Idem. p. 157.
- ²¹ Idem. P. 159.
- ²² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. p. 05.
- ²³ Idem. P. 52.
- ²⁴ MARTINS, Roberto Borges; MARTINS FILHO, Amílcar. *A escravidão numa economia não Exportadora* : novas perspectivas sobre Minas Gerais no século XIX. SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes* : A economia escravista de Minas Gerais no século XIX.
- ²⁵ SLENES, Robert W. *Op. cit.*
- ²⁶ LENHARO, Alcir, *Op. cit.* Ver nota 04.
- ²⁷ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Jogando Caxangá* : notas sobre as divisões jurídico-administrativas na Comarca do Rio das Mortes durante o século SIS. Vertentes. São João Del-Rei, n. 7, p. 29-37. jan./jun. 1996. p. 29.
- ²⁸ Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. p. 119-120.
- ²⁹ Ao longo do texto, trabalharemos com tabelas elaboradas a partir de seus dados.
- ³⁰ Fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro. Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956.
- ³¹ POHL, Johann Emanwel. *Viagem no interior do Brasil (1817-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 84. In: Quarta Secção: Viagem do Rio de Janeiro à São João Del Rei, passando por Barbacena.
- ³² BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*. Família e Sociedade (São João Del Rei, séculos XVIII e XIX). Niterói: UFF, 2002. (Tese de Doutorado) p. 39.
- ³³ FARIA, Sheila de Castro. *O cotidiano dos negros no Brasil escravista*. Madri: Fundacion Tavera. (no prelo).
- ³⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento* : fortuna e família no cotidiano Colônia. Rio de Janeiro: Nova Frotreira, 1998. p. 296-297.
- ³⁵ FARIA. *Op. Cit. O Cotidiano ...*
- ³⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *Reconstruindo a Liberdade*. Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. Belo Horizonte: Varia História – Revista do Departamento de História da UFMG, 2003. N. 30. julho 2003. p. 112-151.
- ³⁷ BRUGGER. *Op. Cit.* P. 41
- ³⁸ ALMEIDA, Carla M. C. de. *Op. Cit.* p. 77
- ³⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias*: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870. Niterói: UFF, 1999. (Tese de Doutorado) p. 75
- ⁴⁰ ALMEIDA, Carla M. C. de. *Op. Cit.* p. 174.
- ⁴¹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil* : cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 1. p. 122.
- ⁴² Idem. p. 105.
- ⁴³ SAINT-HILLAIRE, August. *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1975. P. 61-63.
- ⁴⁴ Inventário do Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi, Código: 2 SVC, Caixa: 03, Ordem: 08.
- ⁴⁵ ALMEIDA, Carla M. C. de. *Op. Cit.* P. 176
- ⁴⁶ BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1976. P. 93.
- ⁴⁷ SAINT-HILAIRE in Suplemento Literário. *Minas Gerais: os viajantes estrangeiros*. 4 cd. Ano V. Belo Horizonte: 1970. p.6.
- ⁴⁸ Inventário do Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi”. Código: 2 SVC, Caixa: 120, Ordem: 02.